



CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS, MINORIAS E IGUALDADE RACIAL

Apresentação: 26/06/2023 12:25:44.590 - CDHMR

REQ n.136/2023

REQUERIMENTO N.º , DE 2023

(Das Sras. Talíria Petrone, Érika Hilton e Professora Luciene Cavalcante)

Requer a realização de Audiência Pública conjunta entre a Comissão de Educação e a Comissão de Direitos Humanos, Minorias e Igualdade Racial para tratar da perseguição à professores no Brasil.

Senhores Presidentes,

Requeremos, nos termos do art. 58, 2º, II, da Constituição Federal, e do art. 24, III, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, a realização de Audiência Pública conjunta entre as Comissões de Educação e de Direitos Humanos, Minorias e Igualdade Racial a fim de debater sobre a perseguição aos professores no Brasil.

Para tanto, gostaria de sugerir os seguintes convidados, que poderão apresentar informações relevantes sobre o tema:

- 1) Professor Henrique Mafei - Representante da secretaria municipal de educação de Porto Alegre/ RS
- 2) Juliana Andozio - Representante da entidade Portal Catarinas;
- 3) Mônica Lopes Ferreira - Imunologista e pesquisadora científica do Instituto Butantan/ SP
- 4) Débora Diniz - Professora da Universidade de Brasília e pesquisadora da Anis - Instituto de Bioética.
- 5) Fernando Penna - Diretor da Faculdade de Educação da UFF
- 6) Pâmella Passos - Professora Titular de História do IFRJ e líder do Grupo de Pesquisa em Tecnologia, Educação & Cultura (GPTEC).
- 7) Salomão Ximenes -Professor de Direito e Políticas Públicas da Universidade Federal do ABC (UFABC)
- 8) Renata Aquino - Membra do coletivo Professores contra o Escola sem Partido
- 9) Rosario Figari Layus - Pesquisadora e docente da Cátedra de Estudos para a Paz da Faculdade de Direito da Universidade Justus-Liebig de Giessen, na Alemanha.
- 10) Erasto Fortes Mendonça – Ministério da Educação - Coordenadoria de Direitos Humanos.





CÂMARA DOS DEPUTADOS

JUSTIFICAÇÃO

Diante do aumento de casos de perseguição aos professores, é importante discutirmos a necessidade urgente de proteção à liberdade acadêmica como um pilar fundamental para a construção de uma sociedade democrática e pluralista. A valorização das educadoras e dos educadores e a garantia de seu direito de expressão e ensino são fundamentais para o fortalecimento do sistema educacional e o avanço da democracia brasileira.

Essa questão é de extrema importância para a preservação da democracia e da liberdade de expressão no ambiente educacional, e a realização dessa audiência visa fomentar o debate público e buscar soluções para essa problemática que tem sido crescente em nosso país.

A perseguição ideológica aos professores representa uma ameaça direta aos princípios fundamentais do Estado Democrático de Direito. Os educadores desempenham um papel essencial na formação de cidadãos críticos e conscientes, capazes de contribuir para o desenvolvimento da sociedade. No entanto, é preocupante observar um aumento de relatos sobre assédio moral, ameaças, censura e até mesmo demissões de docentes que expressam opiniões divergentes ou abordam temas sensíveis em sala de aula.

A audiência pública é uma oportunidade para ouvir especialistas, educadores, representantes de entidades ligadas à educação e demais interessados, a fim de compreender melhor as dimensões e os impactos dessa perseguição. Será uma chance de identificar os principais problemas enfrentados pelos professores, entender as motivações por trás dessas ações e buscar meios de proteger a integridade profissional e a liberdade de expressão no ambiente escolar.

Além disso, a audiência pública no Congresso Nacional pode servir como um espaço para discutir a adequação das políticas educacionais vigentes e avaliar se estão sendo respeitados os princípios constitucionais de pluralidade de ideias e respeito à diversidade. Será uma oportunidade para avaliar se existem mecanismos suficientes de proteção aos professores que se sentem perseguidos, bem como para propor medidas que possam fortalecer a autonomia e a valorização dos docentes em nosso país.

É importante ressaltar que essa audiência pública não tem como objetivo desqualificar qualquer posicionamento político ou ideológico, mas sim garantir que o ambiente educacional seja um espaço de livre expressão, pluralidade de ideias e respeito às diferenças. Ao promover esse debate no Congresso Nacional, estaremos reafirmando o compromisso com a democracia, o respeito aos direitos humanos e a formação de uma sociedade mais justa e inclusiva.

Sala das Comissões, 23 de junho de 2023.

Deputada **TALÍRIA PETRONE**
(PSOL/RJ)



* C D 2 3 9 4 8 8 6 9 6 8 0 0 *



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Deputada **ÉRIKA HILTON**
(PSOL/SP)

Apresentação: 26/06/2023 12:25:44.590 - CDHMIR

REQ n.136/2023

Deputada **PROFESSORA LUCIENE CAVALCANTE**
(PSOL/SP)



* C D 2 3 9 4 8 8 6 9 6 8 0 0 *



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Talíria Petrone e outros
Para verificar as assinaturas, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD239488696800>



Requerimento (Da Sra. Talíria Petrone)

Requer a realização de Audiência Pública conjunta entre a Comissão de Educação e a Comissão de Direitos Humanos, Minorias e Igualdade Racial para tratar da perseguição à professores no Brasil.

Assinaram eletronicamente o documento CD239488696800, nesta ordem:

- 1 Dep. Talíria Petrone (PSOL/RJ) - Fdr PSOL-REDE
- 2 Dep. Erika Hilton (PSOL/SP) - Fdr PSOL-REDE
- 3 Dep. Professora Luciene Cavalcante (PSOL/SP) - Fdr PSOL-REDE

